



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140998 - BA (2021/0002948-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : YASMIM VANESSA SILVA GONCALVES (PRESO)  
**OUTRO NOME** : YASMIN VANESSA SILVA GONCALVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por YASMIM VANESSA SILVA GONCALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 023319-45.2020.8.05.0000).

A recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, no dia 5/8/2020, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

A insurgente sustenta que a busca e apreensão operada em seu domicílio seria ilegal, considerando que não existiam fundadas razões para a entrada da autoridade policial sem autorização judicial, o que ensejaria a anulação da ação penal.

Aduz que o decreto construtivo careceria de fundamentos concretos e não estariam demonstrados os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente, que a paciente possa aguardar o julgamento do processo em liberdade e, no mérito, a anulação da prova obtida com a busca e apreensão ilegal e a confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente